

Aceitação de documentos de identificação caducados por empresas de seguros, mediadores de seguros e Sociedades Gestoras de Fundos de Pensões

As empresas de seguros e os mediadores de seguros que exerçam atividades no âmbito do ramo Vida, bem como as sociedades gestoras de fundos de pensões, estão sujeitos, por força da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto, a diversos deveres de prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, entre os quais os deveres de identificação de clientes, designadamente quando se iniciam relações negociais.

Nos termos do artigo 40.º daquela lei, as entidades obrigadas devem efetuar diligências e procedimentos periódicos, no mínimo de cinco em cinco anos, com o objetivo de assegurar a atualidade, a exatidão e a completude da informação de que já disponham, ou devam dispor (procedimentos de atualização), relativamente à identificação dos clientes.

Os documentos obtidos devem ser conservados em arquivo, de acordo com o artigo 51º.

Assim, estas entidades devem solicitar a apresentação de documentos válidos quando iniciam relações de negócio ou quando os que detêm em arquivo – nomeadamente para fins de identificação, como o cartão de cidadão – perdem a sua validade.

Ora, o artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, que estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus – COVID-19, com a epígrafe “Atendibilidade de documentos expirados” e com a redação que resulta da Declaração de Retificação n.º 11-B/2020, de 16 de março, determinou o seguinte:

“1 – Sem prejuízo do disposto no número seguinte, as autoridades públicas aceitam, para todos os efeitos legais, a exibição de documentos suscetíveis de renovação cujo prazo de validade expire a partir da data de entrada em vigor do presente decreto -lei ou nos 15 dias imediatamente anteriores.

2 – O cartão do cidadão, certidões e certificados emitidos pelos serviços de registos e da identificação civil, carta de condução, bem como os documentos e vistos relativos à permanência em território nacional, cuja validade expire a partir da data de entrada em vigor do presente decreto -lei ou nos 15 dias imediatamente anteriores são aceites, nos mesmos termos, até 30 de junho de 2020.”

Entretanto, o Decreto-Lei 20/2020, de 1 de maio, veio acrescentar um n.º 3 a este artigo com o seguinte teor:

“3 - Os documentos referidos nos números anteriores continuam a ser aceites nos mesmos termos após 30 de junho de 2020, desde que o seu titular faça prova de que já procedeu ao agendamento da respetiva renovação.”

Ou seja, para evitar que os cidadãos tenham de se deslocar aos espaços dos organismos e serviços públicos, as autoridades públicas passaram a aceitar, para todos os efeitos legais, a exibição dos documentos previstos no Decreto-Lei n.º 10-A/2020, cujo prazo de validade tenha expirado a partir de 24 de fevereiro.

Entre os documentos que serão aceites pelas autoridades – e que permanecem válidos até ao dia 30 de junho, ou após essa data desde que o seu titular faça prova de que já procedeu ao agendamento da respetiva renovação – estão, por exemplo, o cartão de cidadão, a carta de condução, o registo criminal, bem como certidões, documentos e vistos relativos à permanência em território nacional.

Embora esta disposição se aplique apenas a “autoridades públicas”, parece adequado que a mesma seja também seguida por entidades privadas, incluindo para fins de identificação de novos clientes que queiram celebrar contratos de seguro ou aderir a fundos de pensões, bem como para efeitos de [não] renovação da documentação mantida em arquivo.

Por outro lado, ainda que os seguros (devendo estar aqui também incluídos os fundos de pensões) sejam considerados como serviços de primeira necessidade ou essenciais, na presente conjuntura, de acordo com a conjugação do n.º 1 do artigo 11.º com o n.º 28 do Anexo II do Decreto n.º 2-C/2020, de 17 de abril, permanecendo os respetivos estabelecimentos abertos ao público, importa limitar a probabilidade de propagação do novo Coronavírus – COVID-19, pelo que se recomenda aos operadores que restrinjam os seus contactos pessoais com os clientes e utilizem preferencialmente os mecanismos de atendimento à distância, nomeadamente por via telefónica ou através da Internet.

Assim, nas diversas interações com os clientes, nomeadamente as que resultam da relação contratual, e na celebração de contratos de seguro ou na adesão a fundos de pensões, devem ser preferencialmente utilizados os mecanismos de atendimento à distância, não obstante aos fins identificados o facto de os clientes terem documentos de identificação com validade expirada, nas condições previstas no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 10-A/2020.